

Guia de treinamento

Diretriz setorial sobre o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade



Setor da soja
Brasil

© Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2020

Todos os direitos reservados

Encoraja-se o uso, a reprodução e a disseminação deste documento. É permitida a reprodução parcial ou total deste documento, desde que citada a fonte. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente gostaria de receber uma cópia digital de qualquer obra que utilize esta publicação como fonte.

Não é autorizada a venda ou seu uso comercial sem permissão prévia por escrito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Termo de Responsabilidade

As designações utilizadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou relacionada à delimitação de suas divisas ou fronteiras. Além disso, as opiniões expressas não representam necessariamente a decisão ou a política declarada do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, tampouco a citação de nomes ou processos comerciais constitui endosso.

Autor: Martin Delaroche (consultor)

A presente publicação foi desenvolvida em 2019 no âmbito do projeto regional intitulado “Melhorar as Capacidades para Gerenciar Informações dos Relatórios Corporativos de Sustentabilidade nos Países da América Latina”, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Gestora de projeto: Elisa Tonda, UNEP

Este relatório se beneficiou das contribuições e comentários de várias organizações brasileiras, regionais e internacionais. Agradecemos especialmente aos membros do comitê gestor do projeto (os nomes de alguns estão incluídos na seção de agradecimento aos revisores): **Antônio José Soares Júnior** (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA/Auditoria), **Antônio Juliani**, **Gustavo Fontenelle**, **Leonardo Póvoa** (Ministério da Economia), **Bruno Vio** (Gestão Origami), **Caroline Cabral Fernandes da Costa** (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI), **Gabriela Santos** (Grupo Pão de Açúcar - GPA), **Glauca Terreo** (Global Reporting Initiative), **Ivone Batista** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), **Joseane Oliveira** (Centro Nacional de Tecnologias Limpas - SENAI - CNTL), **Carla Mundim Praça**, **Pedro Alves Correa Neto** (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), **Kleber Santos** (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), **Marco Oliveira Morato** (Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB), **Tatiana Araujo** (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS), **Pablo Saldo**, **Juliana Guedes da Costa Bezerra**, **Thiago Gil Barreto Barros**, **Bianca Oliveira Medeiros** (Ministério do Meio Ambiente), **Regina Cavini**, **Matheus Couto** (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

Revisão por pares: Agradecemos as seguintes pessoas por participar do processo de revisão por pares:

Membros do comitê gestor do projeto: **Alexandre de Oliveira Ambrosini**, **Victor Ferreira**, e **Mayra Viana** (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE), **Reginaldo Passos** e **Antônio Eduardo Furtini Neto** (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – COMIGO), **Vânia Maria da Costa Borgerth** (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), **Karina Martinez** (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL), **Cindy Moreira** (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE). *Revisores adicionais:* **Leila Harfuch** (AGROICONE), **Marlene Lima** (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso – APROSOJA-MT), **Fabiana Reguerro** (AMAGGI) e **Otávio Celidonio** (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Mato Grosso – SENART-MT), bem como revisores anônimos.

Agradecemos também aos participantes do workshop de apresentação da “Diretriz setorial sobre o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade para o setor da soja,” realizado no escritório da Rede Brasil do Pacto Global das Nações em São Paulo, Brasil, no dia 5 de dezembro de 2019.

Supervisão técnica, edição e suporte foram fornecidos por **Abraham Pedroza**, **Liliana Del Rosario Montiel Prado**, **Camila de Oliveira Cavallari** e **Janet Kabatha** (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)

Créditos da foto da capa: Ricardo Ninin/Shutterstock.com

Citação recomendada: UN Environment Programme (2020). Diretriz Setorial Sobre o Desenvolvimento de Relatórios de Sustentabilidade no Setor da Soja – Brasil. Paris, France.

Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente)

Projeto – *Melhoria da Capacidade de Gerenciamento de Informações dos Relatórios Corporativos de Sustentabilidade nos Países da América Latina*

Guia de treinamento

Diretriz setorial sobre o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade

Setor da soja

Brasil

Estrutura do documento

Objetivo do treinamento e informações básicas	7
1. Objetivo e conteúdo deste treinamento.....	8
2. Conceitos-chave do relatório de desenvolvimento sustentável	8
3. Apresentação, utilidade e uso da diretriz setorial	11
Grandes etapas do desenvolvimento do relatório de sustentabilidade.....	13
1. Desenvolver um plano de sustentabilidade	14
2. Estruturação do relatório	15
Exemplos de uso da diretriz setorial	19
1. Exemplo de indicador de negócios responsáveis.....	20
2. Exemplo de indicador de boa governança	23
3. Exemplo de indicador de aspectos ambientais	24
4. Exemplo de indicador de bem-estar social.....	26
Referências.....	29





**Objetivo do treinamento e
informações básicas**

Objetivo do treinamento e informações básicas

1. Objetivo e conteúdo deste treinamento

O presente guia de treinamento visa esclarecer o uso da diretriz setorial sobre o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade que foi desenvolvida para apoiar empresas do setor da soja no Brasil na divulgação voluntária de indicadores de sustentabilidade. Sendo assim, é importante consultar esse documento junto com a diretriz setorial.

O guia pretende explicar os conceitos fundamentais de sustentabilidade e de divulgação dos indicadores de sustentabilidade, enfatizando os diversos benefícios para as empresas do setor. Além disso, detalham-se os passos a serem seguidos para o desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade, incluindo a etapa de definição de um plano de sustentabilidade pela empresa e a etapa de seleção dos indicadores mais pertinentes. Como alguns indicadores podem gerar uma certa dificuldade, em termos de definição de escopo ou de cálculo, o guia inclui também alguns exemplos de cálculo de indicadores a fim de orientar o usuário da diretriz.

O público-alvo para esse guia de treinamento é formado basicamente pelos funcionários encarregados da sustentabilidade dentro de uma empresa. Dependendo do tamanho e da posição da empresa dentro da cadeia de suprimentos, são tipicamente membros da diretoria ou funcionários especialmente encarregados dos assuntos relacionados à sustentabilidade.

2. Conceitos-chave do relatório de desenvolvimento sustentável

2.1. O que é o relatório de indicadores de sustentabilidade (“Sustainability Reporting”)?

A contribuição e a inovação do setor privado são imprescindíveis para se atingir o desenvolvimento sustentável. Devido à agenda global da sustentabilidade e às mudanças nas práticas de consumo para mais sustentabilidade, o setor privado tem novos incentivos para mostrar de modo transparente aos consumidores as ações tomadas para contribuir para esse objetivo global. Além disso, o setor produtivo é chamado a ser cada vez mais transparente e responsável pelos impactos associados aos seus produtos e serviços, em termos de saúde da população, de meio ambiente e de inclusão social.

O relatório de indicadores de sustentabilidade corresponde ao processo pelo qual uma empresa define suas metas de sustentabilidade, cria ferramentas para operar as mudanças das práticas necessárias para atingir essas metas e estabelece um sistema para medir os resultados. A divulgação de indicadores é também uma ferramenta de comunicação para compartilhar com o público o seu desempenho, em termos de uso de recursos naturais e humanos, provando assim o seu compromisso com a geração de valor econômico em longo prazo.

Esse tipo de relatório foca nos aspectos não financeiros do desempenho das empresas, tornando-se relevante

para as partes interessadas, como investidores, o governo, consumidores e organizações da sociedade civil, todos sendo atores que avaliam o papel do setor privado no desenvolvimento sustentável. Sendo assim, a divulgação de indicadores de sustentabilidade permite às empresas destacar as dimensões éticas da sua atividade e os seus esforços para melhorar a área da saúde, a área social e a área ambiental.

2.2. Qual é a agenda da sustentabilidade e quais são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

Em 2015, os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) reuniram-se para definir 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas. Esse conjunto de objetivos, chamado de “Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável”, visa colocar o mundo numa trajetória sustentável, estabelecendo um itinerário comum para todos os países e em diversos setores como a saúde, a redução da pobreza, a proteção do meio ambiente, a luta contra a corrupção e a cooperação internacional, entre outros. Para se avaliar o progresso dos Estados-Membros, em relação aos ODS, essas metas foram acompanhadas de indicadores a serem medidos e comparados em nível global. Governos estão também no processo de definir metas nacionais, direcionadas às particularidades e aos desafios nacionais, mas permanecendo alinhadas com as metas globais dos ODS. Essa definição de indicadores em nível global é fundamental para conhecer o impacto social e ambiental das atividades humanas no mundo e saber se os esforços realizados permitirão a transição para uma economia socialmente mais justa, e de baixa emissão de carbono, que evite os impactos mais nocivos das mudanças climáticas.

O papel-chave do setor privado no cumprimento desses objetivos nacionais foi identificado e reconhecido pelos Estados-Membros da ONU, especialmente pela criação do ODS 12.6, que estabelece como meta aumentar o número de empresas que desenvolvam relatórios de sustentabilidade. O grupo de amigos do parágrafo 47 (Group of Friends of Paragraph 47) da declaração da Rio+20 de 2012, constituído por governos pioneiros na sustentabilidade corporativa, como o Brasil, a França, a África do Sul e a Dinamarca, destacou numa Carta o seu compromisso de disseminar maciçamente a prática de divulgação de indicadores de sustentabilidade e incentivar a sua adoção também por empresas de pequeno e médio portes (PMEs).

O setor privado é um colaborador importante na condução de Avaliações Nacionais Voluntárias (Voluntary National Reviews, VNRs) pelos Estados-Membros. Essas VNRs são

avaliações encorajadas e lideradas pelo país e envolvem várias partes interessadas, em nível nacional e subnacional, favorecendo a troca de experiências, sucessos e desafios que podem acelerar a realização da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável.¹ Os dados contidos nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor da soja são parte integrante dos esforços de coleta de dados necessários para realizar essas VNRs.

2.3. Por que é importante reportar indicadores e informações para monitorar os ODS?

A geração de informação sobre a sustentabilidade das empresas em todos os setores é essencial para o mundo atingir os vários ODS definidos pela ONU, por várias razões. As empresas podem estar interessadas em reportar esse tipo de informação porque:

- empresas têm obrigações de divulgação de informação devido à lei e/ou às regras da bolsa de valores;
- empresas participam em iniciativas voluntárias de transparência ou de responsabilidade corporativa dos negócios;
- empresas recebem pedidos de informação provenientes de várias partes interessadas;
- empresas precisam medir os progressos feitos com relação às metas de sustentabilidade internas e/ou externas.

Além disso, as informações geradas pelas empresas representam uma fonte importante de informação para se conhecer o progresso sobre vários ODS, como, por ex., o consumo de água e de energia, a gestão de resíduos, as emissões de gases do efeito estufa ou os investimentos em comunidades locais. As empresas ocupam lugar de destaque para realizar essa coleta de dados, porque elas têm acesso direto a informações relevantes e pertinentes para a melhoria de seus processos internos e para comunicar, às partes interessadas, as ações concretas tomadas para a sustentabilidade. Finalmente, diante do volume de informações a ser gerado, e a precisão necessária para medir cada indicador de sustentabilidade, as empresas têm vantagens com relação à rapidez e à eficácia em reunir essas informações. Assim, as empresas são parceiras imprescindíveis na coleta de dados sobre os ODS. Esse processo é fundamental para o alinhamento dos esforços do governo e do setor privado na realização conjunta dos ODS.

¹ Para saber mais, acesse o seguinte site sobre as Voluntary National Reviews: <https://sustainabledevelopment.un.org/vnrs/>

Além disso, as informações geradas pelas empresas representam uma fonte importante de informação para se conhecer o progresso sobre vários ODS, como, por ex., o consumo de água e de energia, a gestão de resíduos, as emissões de gases do efeito estufa ou os investimentos em comunidades locais. As empresas ocupam lugar de destaque para realizar essa coleta de dados, porque elas têm acesso direto a informações relevantes e pertinentes para a melhoria de seus processos internos e para comunicar, às partes interessadas, as ações concretas tomadas para a sustentabilidade. Finalmente, diante do volume de informações a ser gerado, e a precisão necessária para medir cada indicador de sustentabilidade, as empresas têm vantagens com relação à rapidez e à eficácia em reunir essas informações. Assim, as empresas são parceiras imprescindíveis na coleta de dados sobre os ODS. Esse processo é fundamental para o alinhamento dos esforços do governo e do setor privado na realização conjunta dos ODS.

2.4. Quais são os benefícios do relatório de indicadores de sustentabilidade?

O setor da soja no Brasil já está bastante habituado aos desafios da sustentabilidade e tem um histórico de compromissos para melhorar aspectos ambientais e sociais da atividade. Porém, mesmo que as vantagens do relatório de indicadores de sustentabilidade sejam bem conhecidas por alguns atores, é importante lembrar quais são os benefícios desse processo em geral.

Comprometer-se à divulgação de indicadores de sustentabilidade pode trazer vários benefícios, incluindo:

- Ajudar a empresa no reconhecimento de todos os elementos pertencentes ao seu processo de produção e na identificação de possíveis ganhos de eficiência (redução de custos, etc.) e de oportunidades de redução de impactos negativos ao longo da cadeia produtiva.
- Permitir a avaliação de riscos e oportunidades financeiras e não-financeiras (jurídicas, sociais, ambientais, éticas) que possam prejudicar o desempenho da atividade e o bem-estar de comunidades locais e do meio ambiente.
- Informar os compradores ou consumidores sobre os esforços realizados pela empresa, contribuindo para melhorar a reputação, a “fidelidade à marca” e a gestão em longo prazo da atividade.
- Oferecer a oportunidade de satisfazer exigências de mercado e de consumidores que solicitam mais transparência sobre o processo e as condições de produção seguidos pela empresa.
- Destacar o papel ético da empresa no desenvolvimento de comunidades locais, de uma cidade e de um país.

- Promover o diálogo e as relações de confiança entre as partes interessadas, oferecendo a possibilidade de diagnosticar antecipadamente projetos e iniciativas que a empresa possa realizar para o benefício de todos.

2.5. Quais são os benefícios da divulgação de indicadores de sustentabilidade para uma empresa do setor da soja?

Hoje em dia, o setor da soja está enfrentando desafios de sustentabilidade, em níveis local, nacional e internacional, que é uma situação comum para muitas *commodities* diferentes (arroz, milho, cacau, óleo de palma, etc.). Apesar de produzir uma quantidade de soja cada vez mais importante para o consumo nacional e internacional, e ter beneficiado o desenvolvimento econômico do Brasil, as empresas do setor recebem pedidos de informação e de transparência sobre os impactos das suas atividades. Consumidores e empresas compradoras de soja, incluindo os da Europa e China, querem saber mais sobre a origem e as condições de produção da soja.

Nesse contexto, a divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas, com relação a toda a cadeia de suprimentos da soja, apresenta certos benefícios:

- Comprovar e informar sobre a origem e as condições ambientais e trabalhistas usadas na produção, no transporte e no processamento da soja.
- Melhorar a reputação do setor da soja brasileira através da demonstração de ações já tomadas e/ou planejadas para contribuir para com a sustentabilidade.
- Garantir o acesso contínuo a mercados externos, preocupados com os impactos da soja nos ecossistemas brasileiros e na ética das condições de trabalho.
- Desenvolver relações de confiança, entre a empresa e seus fornecedores, em relação ao compartilhamento de informações transparentes sobre os processos de produção.
- Oferecer mais transparência sobre como as ações do setor da soja no Brasil podem apresentar um valor adicionado para a economia e a sustentabilidade do mundo.

3. Apresentação, utilidade e uso da diretriz setorial

A presente diretriz procura acompanhar e apoiar empresas do setor brasileiro da soja, que desejam realizar uma **divulgação voluntária** de indicadores de sustentabilidade, da melhor forma e qualidade possíveis, para benefício próprio e de todas as partes interessadas (empresas, governo, agências públicas e ONGs).

A diretriz está estruturada em **quatro partes** para servir de ferramenta útil nas etapas de realização de um relatório de desenvolvimento sustentável, adaptado ao contexto específico da soja no Brasil. Através das suas diferentes partes, a diretriz representa um valor adicional às iniciativas de sustentabilidade já existentes e representa uma ferramenta útil para as empresas do setor, por várias razões, que são detalhadas na descrição a seguir.

A primeira parte corresponde à **introdução** e contém várias informações gerais de alta relevância ao desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade pelas empresas do setor da soja. Após uma explicação da importância de tais relatórios para o monitoramento dos ODS, são apresentados os princípios empregados no desenvolvimento da diretriz, com descrição dos desafios geralmente encontrados pelas empresas na divulgação de indicadores de sustentabilidade. Destacam-se, do desenvolvimento da diretriz, uma revisão extensa da literatura e a ampla orientação de especialistas sobre todas as atividades da cadeia. A introdução também lista os objetivos e benefícios da diretriz setorial. Esta parte detalha os benefícios relacionados à prática de relatório de indicadores em geral e, mais especificamente, aos atores da cadeia da soja. Ao final dessa primeira parte, são incluídos lembretes sobre os princípios da boa qualidade na realização dos relatórios de sustentabilidade, uma definição do perímetro do que será relatado, bem como os benefícios de uma avaliação interna e externa sobre a qualidade do relatório.

A parte seguinte, que trata do **Diagnóstico Socioambiental do Setor da Soja**, fornece uma contextualização extensa dos desafios da sustentabilidade, específicos ao setor da soja, permitindo às empresas divulgar indicadores de comparação do seu desempenho com o estado atual dos compromissos de sustentabilidade já existentes no setor. Além disso, essa contextualização facilita a comunicação das empresas com o público, fornecendo um quadro de referência nacional para os indicadores divulgados. Esta parte destaca primeiramente o papel crítico da cadeia da soja para o desenvolvimento econômico do Brasil, descrevendo os diferentes atores da cadeia e as tendências mais recentes do setor. Na sequência, são descritos os diferentes aspectos sociais e ambientais da cadeia, integrando informação dos estudos e debates mais

recentes sobre esses assuntos. As diferentes tendências para os aspectos ambientais também são apresentadas de forma resumida, ajudando na contextualização das práticas medidas pelos indicadores da diretriz e podendo servir de referência para a elaboração das partes descritivas do relatório de sustentabilidade.

A terceira parte do documento corresponde ao **Marco Político Nacional e Internacional para o Setor da Soja Brasileira**. Nesta parte, o usuário da diretriz encontrará um resumo da agenda de sustentabilidade, específico ao setor da soja, do nível internacional ao local, passando pelo nível nacional. Após a apresentação dos instrumentos jurídicos internacionais, esta parte trata das iniciativas internacionais de negócios responsáveis e de sustentabilidade, que afetam as cadeias de suprimentos de *commodities*. O marco nacional é composto principalmente por leis e políticas sobre o uso da terra e pelas emissões de gases de efeito estufa (GEE), leis ambientais para a preservação da vegetação nativa, gestão dos agroquímicos e pelos planos de incentivos à agricultura sustentável criados pelo governo brasileiro. O documento detalha, também, as iniciativas público-privadas do setor da soja, como a Moratória da Soja, os vários esquemas de certificação da soja, como o RTRS² e o Proterra, e por fim o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da bolsa de valores (B3). Esta parte é concluída com um breve resumo sobre as leis trabalhistas, relevantes às atividades do setor da soja, com destaque para as numerosas convenções internacionais do trabalho, aplicadas ao contexto específico do setor.

A quarta parte aborda a **Lista dos Temas e Indicadores**. Esta parte é uma síntese dos marcos existentes de divulgação de indicadores de sustentabilidade e de certificação de *commodities*, específicos ou não ao setor da soja. O objetivo é fornecer uma **lista de indicadores selecionados**, baseando-se em critérios de utilidade e de pertinência ao setor. Assim, a diretriz oferece meios de simplificação do trabalho de elaboração de relatórios das empresas, com uma lista de 47 indicadores nas áreas dos Negócios Responsáveis (1), da Boa Governança (2), dos Aspectos Ambientais (3) e do Bem-Estar Social (4), importantes para representar de modo confiável a sustentabilidade de uma empresa. Todos os indicadores são apresentados da mesma forma, com uma tabela introdutória resumindo informações-chave, uma definição e explicação da relevância, informações sobre o cálculo do indicador, orientações e sugestões de fontes de informações adicionais, caso sejam necessárias para a empresa. Antes da lista, esta parte apresenta a metodologia usada para realizar a seleção dos temas e indicadores e inclui uma tabela contendo todos os indicadores para permitir uma visualização rápida do conteúdo.

2. Roundtable on Responsible Soy.



500 - income
400 - profit
200 - revenue
600 - report



Grandes etapas do desenvolvimento do relatório de sustentabilidade

Grandes etapas do desenvolvimento do relatório de sustentabilidade

Algumas empresas já estão bem familiarizadas com o processo de divulgação de indicadores de sustentabilidade, enquanto outras estão ponderando começar tal tipo de relatório. Nesse contexto, é importante lembrar as etapas principais desse processo, enfatizando que uma empresa raramente divulga no primeiro ano todos os indicadores identificados como pertinentes, tanto internamente como pelas partes interessadas. Pelo contrário, pode fazer sentido para uma empresa simplesmente “experimentar”, com o processo de divulgação com alguns indicadores no primeiro ano, e adicionar o restante nos anos seguintes (fazendo, assim, uma divulgação voluntária passo a passo).

Desenvolver um relatório de sustentabilidade pressupõe realizar algumas etapas, incluindo responder às seguintes perguntas (não necessariamente nesta ordem): quais temas de sustentabilidade são importantes para a estratégia de negócio da empresa? Para quem (partes interessadas) o relatório deve ser escrito? Quais unidades da empresa e equipes devem ser envolvidas (*Boundary Setting and Internal Stakeholder Management*)? Quais temas devem aparecer no relatório e ter indicadores associados (*Materiality Assessment*)? Quais são os requisitos legais ou outros que a empresa deve cumprir? Qual estratégia definir e quais processos criar para coletar dados sobre os indicadores?

É importante reservar tempo suficiente para refletir sobre essas questões, uma vez que desenvolver um relatório de sustentabilidade pode ou não envolver custos significativos para a empresa, devido à coleta de dados, criação de processos adequados, treinamento de funcionários e publicação. Contudo, os benefícios ligados à melhoria de

processos, de reputação e dos aspectos sociais e ambientais das atividades geralmente ultrapassam esses custos.

1. Desenvolver um plano de sustentabilidade

Várias tarefas associadas ao desenvolvimento de relatório de sustentabilidade podem ser realizadas com a definição de um plano de sustentabilidade pela empresa. Esse tipo de plano ajuda as empresas a definir os objetivos de sustentabilidade, que são relevantes para o seu negócio e para as suas partes interessadas. Tal plano apresenta-se geralmente na forma de um documento público pequeno, publicado no site da empresa ou no seu relatório de sustentabilidade, mostrando os compromissos da empresa em termos de desenvolvimento sustentável, transparência e responsabilidade. A presença desses elementos na política da empresa permite melhorar a confiança dos investidores, a reputação e o engajamento das partes interessadas nas atividades da empresa.

Seguem abaixo algumas das etapas fundamentais no desenvolvimento de um plano de sustentabilidade, cuja elaboração é muitas vezes associada a um relatório de sustentabilidade.

O primeiro passo do desenvolvimento do plano é **identificar quais são os temas e as questões de desenvolvimento sustentável que deveriam ser incluídos e alinhados com a estratégia global, o processo decisório e a avaliação de risco da empresa**. Esta etapa pressupõe que a empresa reserve

um tempo curto de reflexão para analisar os principais processos da empresa (de produção de bens ou serviços) e identificar quais relações existem entre os elementos de meio ambiente (recursos naturais, geração) e os elementos do processo humano interno (funcionários) e externo (fornecedores, compradores, consumidores e comunidades locais). Além disso, a empresa precisa **identificar as exigências (obrigações) legais** relativas à sua atividade, bem como as exigências ligadas à bolsa de valores ou aos compromissos firmados no contexto de parcerias com o governo ou com ONGs.

Esta etapa oferece a oportunidade de definir o conteúdo do plano, baseando-se **no engajamento das partes interessadas externas** (*external stakeholder engagement*) para entender as suas perspectivas. A empresa pode realizar, por exemplo, um estudo (no sentido de uma pesquisa) no qual as partes interessadas podem apresentar suas demandas e expectativas, ou pode criar um processo contínuo de engajamento dentre elas, como um comitê consultivo. Efetuar esse trabalho permite acelerar outras partes do desenvolvimento do plano e do relatório de sustentabilidade, como a análise de materialidade (veja a explicação sobre a análise de materialidade abaixo).

Engajar as partes interessadas internas é igualmente recomendado, desde que a sustentabilidade abranja temas diversos, cobrindo todos os aspectos das atividades da empresa. Isso pressupõe uma competência multidisciplinar por parte da empresa e este engajamento é melhor assumido por uma estrutura interna, que agrupe as competências dos funcionários que atuam em diferentes áreas, como gerência, finanças, saúde e segurança, relação com o cliente ou com investidores, análise de risco, etc.

A diretriz setorial contribui na aceleração da realização de algumas etapas desse processo. Primeiro, ela já constitui uma análise dos assuntos de sustentabilidade, que são estratégicos para o setor da soja. Segundo, através do diagnóstico socioambiental do setor, a diretriz ajuda as empresas a avaliar a materialidade de certos assuntos porque esses assuntos são alvo da atenção de diversas partes interessadas, que estão agora reforçando o seu monitoramento. Por fim, a diretriz contém muitos elementos de debate atual sobre a sustentabilidade do setor, refletindo sobre as preocupações das partes interessadas, o que ajuda a empresa a ter uma visão global dos assuntos considerados decisivos para o setor na atualidade.

3 Essa delimitação, embora sendo própria à empresa, deve estar alinhada com as etapas identificadas na parte apresentada acima (“1. Desenvolvimento de um plano de sustentabilidade”), como os objetivos corporativos em termos de sustentabilidade, estratégia da empresa e pedidos e expectativas das partes interessadas. Assim, a empresa geralmente define o universo de informação que pode ser divulgado para satisfazer essas condições (isso não necessariamente significa que vai reportar sobre todos os assuntos).

4 Embora essa exclusão/inclusão releve a decisão discricionária da empresa, é fundamental que a empresa escreva no seu relatório uma declaração justificando essa decisão para que as partes interessadas avaliem a pertinência da exclusão. Devido à importância do processo de fornecimento para empresas de *commodities*, empresas estão sendo cada vez mais encorajadas a relatar dados sobre os seus fornecedores, porque a ausência desses atores no processo de divulgação de indicadores, às vezes, não permite avaliar o desempenho de sustentabilidade real da empresa.

2. Estruturação do relatório

Várias decisões precisam ser tomadas antes de se considerar a redação do relatório. **O princípio geral do relatório de sustentabilidade prevê que a empresa decida quais dados coletar (*Data Collection*), quais entidades, subsidiárias e fornecedores reportarão essa informação internamente (*Boundary Setting*) e qual conteúdo é o mais relevante para ser divulgado (*Materiality Assessment*).**

Após ter identificado as exigências legais e os assuntos estratégicos, sobre os quais a empresa vai ter que reportar dados, a empresa precisa criar sistemas de coleta de dados que permitam avaliar a situação para cada assunto ou tema.³ Aqui, a empresa precisa definir o perímetro de coleta de dados, decidindo quais entidades da empresa (subsidiárias, etc.) e dos seus fornecedores serão incluídos/excluídos do processo de divulgação de dados.⁴

Uma vez coletados os dados sobre sustentabilidade da empresa, é geralmente preciso definir que tipo de informação incluir no relatório de sustentabilidade. Essa definição do conteúdo da divulgação é geralmente chamada de **“análise de materialidade”** (*Materiality Assessment*). Os elementos “materiais” para a empresa correspondem geralmente aos pontos ou elementos com mais impacto sobre a sustentabilidade da empresa e das suas partes interessadas, cuja ausência não permitiria a avaliação precisa da sustentabilidade da empresa.

A análise de materialidade compreende geralmente três etapas maiores, incluindo partes significativas do processo de definição de um plano de sustentabilidade, já detalhadas acima (UNEP, 2015):

1. **Engajar** as partes interessadas, internas e externas, num processo de identificação dos assuntos importantes.
2. **Identificar** os assuntos mais significativos:
 - ♦ São assuntos que têm um impacto econômico, social e ambiental sobre toda a cadeia de valor.
 - ♦ São assuntos que podem comprometer a capacidade da empresa de gerar valor em curto e longo prazo, devido aos riscos associados.

- ◆ São assuntos que afetam as decisões de partes interessadas, com relação à empresa (por exemplo, influenciando na decisão de consumidores de comprar o produto da empresa, ou influenciando na decisão de investidores de financiar a empresa).

3. Priorizar os assuntos de acordo com a perspectiva organizacional da empresa, seja ela focada somente no potencial de geração de valor em longo prazo, ou nos impactos dela sobre o meio ambiente e as partes interessadas em geral.

Esse processo pode ser complexo e envolver vários custos. Assim, recomenda-se usar uma matriz de assuntos materiais para comparar os vários assuntos seguindo os critérios de prioridade da empresa.⁵ Como certas empresas podem não ter os recursos para conduzir uma análise de materialidade aprofundada, é possível também realizar esse processo de forma mais flexível. Por exemplo, encorajando discussões informais entre as várias partes interessadas e discutindo na empresa sobre os assuntos mais importantes do ponto de vista da sustentabilidade.

A escolha de indicadores de sustentabilidade a serem relatados deve seguir essa definição de materialidade.

Escolher, medir e apresentar indicadores é uma das partes mais complexas do desenvolvimento de um relatório de sustentabilidade. Devido à profusão das iniciativas de relatório de sustentabilidade corporativa, muitos indicadores estão disponíveis e podem ser selecionados para a empresa. Alguns exemplos de marcos de divulgação de indicadores de sustentabilidade são:

- UNCTAD Guidance on Core indicators for entity reporting on the contribution towards the attainment of the Sustainable Development Goals (UNCTAD/DIAE/2019/1) (2019): https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diae2019d1_en.pdf.
- FAO Sustainability Assessment of Food and Agriculture Systems (SAFA guidelines) (2013): <http://www.fao.org/nr/sustainability/sustainability-assessments-safa/en/>.
- Global Reporting Initiative (GRI) (2018): <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>.

Assim, o importante é selecionar apenas os indicadores mais pertinentes, porque a medição de cada indicador implica custos técnicos e tempo. Os indicadores devem ser medidos sempre seguindo a forma recomendada oficialmente (requerimentos ou obrigações legais, por exemplo), e caso não exista, a empresa pode escolher a sua própria forma de medir o indicador. Porém, o desenho de métodos de medição pode ser complicado ou custoso,

ou métodos alternativos podem apresentar o risco de não medir de forma certa o indicador. Assim, é sempre recomendado referir-se à prática dominante e usada por órgãos especializados na área. Por fim, esses indicadores devem ser apresentados dentro de um contexto. O relatório deve incluir informações complementares para cada indicador como, por exemplo: qual foi a evolução do indicador em comparação com anos passados? Quais foram os progressos da empresa sobre o assunto? Qual é a tendência do setor ou a tendência local/regional com respeito a esse indicador? Todas essas informações precisam ser incluídas para maximizar a precisão e o impacto da informação bem como mostrar às partes interessadas a seriedade da empresa na divulgação de indicadores.

Relatórios de sustentabilidade **devem apresentar dados coletados durante um período claramente definido (Reporting cycle)**. Empresas frequentemente conduzem relatórios financeiros para informar investidores e/ou a bolsa de valores sobre o desempenho e as perspectivas econômicas da empresa. Uma opção é alinhar o período de relatório de sustentabilidade com o do relatório financeiro, permitindo assim sinergias entre o esforço de coleta de dados financeiros e o de coleta de dados de sustentabilidade. Porém, às vezes, o período do ciclo de produção de bens ou serviços da empresa pode não coincidir com o do relatório financeiro (por exemplo, o período do ciclo de financiamento da colheita de soja, o período de cultivo de áreas novas, o período de medição do consumo de água, etc.). Dependendo da preferência da empresa, o período do relatório de sustentabilidade pode ser diferente do financeiro, mas é importante indicar isso dentro do relatório e alinhar os períodos de análise de todos os indicadores divulgados nele.

A diretriz setorial apoia as empresas na identificação dos dados de sustentabilidade, que podem ser analisados, e na definição do conteúdo do relatório (materialidade), isto é, os indicadores a serem divulgados. O diagnóstico socioambiental do setor da soja ajuda as empresas a entender quais assuntos são identificados como estratégicos e deve ajudar na definição da materialidade conduzida pela empresa. A seleção de indicadores da diretriz permite identificar todos os indicadores que foram avaliados como pertinentes para representar a sustentabilidade das empresas no setor da soja. Como alguns indicadores correspondem mais às atividades de certos atores dentro da cadeia, cada indicador contém uma tabela sinalizando se o indicador é o mais adequado para um tipo determinado de ator na cadeia. A diretriz também fornece detalhes metodológicos para o cálculo de cada indicador, em um formato adequado aos atores da cadeia da soja.

⁵ Para saber mais, acesse, por exemplo, a ilustração de matriz no relatório Raising the Bar da ONU-Meio Ambiente: <http://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/9807>.





Exemplos de uso da diretriz setorial

Exemplos de uso da diretriz setorial

Nesta seção do guia são apresentados alguns exemplos de medição de indicadores de sustentabilidade, incluídos na lista de 48 indicadores da diretriz. O objetivo é ajudar o usuário da diretriz a entender como calcular esses indicadores, fornecendo uma explicação passo a passo da definição e da metodologia de cálculo do indicador. Quatro exemplos são apresentados, cada um representando um dos temas maiores da diretriz: negócios responsáveis, boa governança, aspectos ambientais e bem-estar social. Cada apresentação de indicador está acompanhada de notas técnicas e orientações sobre maneiras de adaptar o indicador ao tipo de empresa que está divulgando ou aos objetivos do relatório da empresa.

1. Exemplo de indicador de negócios responsáveis

1.1. Indicador 1.4.1. Porcentagem de compras locais



Indicador	Porcentagem de compras locais				
Número	1.4.1				
Tipo	Indicador de desempenho – quantitativo				
Alinhado com	ODS 9 “Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação” (9.3.1.)				
Correspon- dência	SAFA	RTRS	ProTerra	UNCTAD	GRI
	C.4.2	3.4	3.3	A.4.1	204-1
Recomendado por	Todos atores				

Descrição do indicador: o indicador de compras locais visa medir a quantidade de insumos proveniente de vendedores locais (e, de certo modo, independentes) comprados por uma entidade. Esse indicador permite mostrar as ligações entre uma empresa e os demais atores locais, representando de certa forma o compromisso da empresa na geração de riquezas, beneficiando os atores e moradores das áreas geograficamente próximas.

Empresas que desejam mostrar que as compras locais foram feitas com parceiros fornecedores, representantes de empresas com sede local e/ou de pequeno ou médio portes (PMEs), podem também detalhar esse indicador numa versão aprofundada, usando o critério de independência do fornecedor.

1.2. Determinar a origem dos produtos e a área geográfica dos vendedores

A definição do que constitui uma compra “local” para medição desse indicador é complexa. As orientações abaixo devem ser interpretadas como orientações, mas é a empresa que define o que a palavra “local” representa para ela no contexto das suas atividades. O importante é indicar claramente as definições e o processo usado para medir o indicador no relatório de sustentabilidade.

Exemplo: o GRI 204-1 Proporção de despesa com fornecedores locais

O GRI 204-1 solicita às empresas as seguintes informações e metodologia para reportar esse indicador: (a) porcentagem do orçamento para compras em “locais significativos de operação”, gastos com fornecedores locais dessa operação (por exemplo, porcentagem de produtos e serviços comprados localmente); (b) a definição de local adotada pela organização; (c) a definição usada para “locais significativos de operação.”

Definição de local

O significado de “local” tem uma importância fundamental para a medição desse indicador, podendo variar bastante, dependendo somente do tipo de atividade da empresa e/ou do seu papel na cadeia de suprimentos de soja. No caso de despesas com fornecedores, o local corresponde aos fornecedores que atuam na mesma área geográfica da entidade que

está realizando a despesa. No caso de uma organização mais complexa, com orçamento centralizado e redistribuído por várias entidades espalhadas em diferentes locais, uma despesa local corresponde à parte daquele orçamento usada pela entidade local para compras com fornecedores atuando no mesmo lugar que ela.

Devido à variabilidade da definição de local, que depende do tipo e tamanho da empresa, empresas devem indicar claramente a definição de “local” que adotaram para o relatório de sustentabilidade. Recomenda-se usar como referência critérios geográficos oficiais como o município, a micro/mesoregião, o estado e o país, conforme as recomendações de marcos de referência como o GRI (GRI standard 204 *Procurement Practices*).

Origem do produto

Outra dificuldade diz respeito ao tipo de revendedor do “produto” comprado. Há vários casos, especialmente na agricultura, em que o produto foi importado fora do país por uma empresa (por exemplo, fertilizantes ou agroquímicos) e é comercializado por um revendedor de insumos com sede local. **Assim, pelo cálculo desse indicador, é importante identificar quem fatura a compra, pois se trata menos da origem geográfica do produto e mais da localização da geração de riquezas.** Por exemplo, caso um produto tenha sido comprado localmente, mas na verdade tenha vindo do exterior, a empresa compradora pode indicar que a compra foi “local”. Essa compra pode ser marcada como “não local” quando o revendedor desse produto, diretamente responsável pela importação do produto, tenha divulgado esse indicador (porque é essa entidade que provavelmente comprou de um intermediário localizado fora do município, estado ou país).

Determinar a “independência” ou tamanho do fornecedor (opcional)

Além disso, certos revendedores locais podem fazer parte de uma empresa sediada em outro lugar (por ex., como a subsidiária de uma empresa nacional ou estrangeira). Assim, é importante identificar se o fornecedor é realmente uma empresa com sede local ou uma filial de uma empresa maior, localizada em outro lugar. Recomenda-se identificar o lugar da sede principal da empresa para determinar esse ponto. Além disso, é possível que várias partes interessadas queiram saber se a empresa contribui para a economia local de pequenas empresas. Neste caso, a empresa tem a opção de detalhar no seu relatório a porcentagem de compras feitas com empresas pequenas e independentes. Para ter uma noção do que é uma pequena empresa, geralmente, é possível referir-se às faixas de faturamento definidas pela Lei Complementar 123/2006 “Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas”⁶:

- Microempreendedor Individual (MEI) – Faturamento anual até R\$ 81 mil.
- Microempresa (ME) – Faturamento anual até R\$ 360 mil.
- Empresa de Pequeno Porte (EPP) – Faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões.
- Pequeno Produtor Rural (PPR) – Propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

1.3. Cálculo do indicador – Fórmula geral

O resultado final desse indicador é a porcentagem do orçamento gasto com as operações de uma entidade, com fornecedores baseados no mesmo local dessa entidade. A fim de orientar o usuário da diretriz setorial, *usaremos o exemplo de um produtor de soja que compra um produto (fertilizantes, agroquímicos, etc.) numa revenda de insumos.*

- **Critério geográfico:** a primeira etapa é a determinação do **local geográfico da entidade**, cujas despesas serão medidas para esse indicador
 - ♦ No caso de um produtor/uma empresa com uma propriedade rural, a fazenda é geralmente o “local significativo de operação” para a qual os gastos de insumos ocorrem
 - ♦ Quando o produtor/a empresa tiver várias propriedades rurais, localizadas em diferentes municípios ou estados, é importante detalhar os gastos com fornecedores para cada propriedade rural.
- **Valorização das compras com fornecedores:** a segunda etapa é o cálculo **do total das compras efetuadas com fornecedores para as atividades dessa entidade num determinado ano** (ano de referência fiscal ou período do relatório).

⁶ Acesse o site do SEBRAE para obter mais informações: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/quem-sao-os-pequenos-negociosdestaque5,7f4613074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD.

- ♦ No caso de um produtor/uma empresa com uma propriedade rural, esse total de compras deve ser calculado usando-se o montante em reais (Brasil) ou dólares (EUA), indicado nos contratos de compra de insumos firmados entre o produtor e a revenda, ou outra empresa revendedora de insumos. Às vezes, negociações do tipo “barter” (que usa a soja como moeda de troca para a compra dos insumos) podem constituir uma parte importante dos gastos. Neste caso, o produtor/a empresa que está relatando deve usar o valor monetário “estimado” correspondente aos gastos dessa troca (referindo-se ao valor da soja usado para fechar o contrato).
- **Cálculo das compras com fornecedores locais:** a terceira etapa é a **determinação de quais compras foram efetuadas com empresas locais nesse período:**
 - ♦ Para cada compra, determinar o nível geográfico onde a compra foi realizada e faturada pelo fornecedor.
 - **Resultado:** despesas por fornecedores, separadas em níveis de município/estado/país ou fora do país (exterior).

Exemplo de Resultado 1: Despesas por fornecedores, separadas por nível administrativo

Tipo de compras pela entidade	Nível municipal	Nível estadual	Nível nacional (fora do estado)	Exterior
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
TOTAL	-- %	-- %	-- %	-- %

- **Uso da tabela:** no caso de um produtor/uma empresa com uma propriedade rural, é preciso indicar onde a compra de insumos foi efetuada. Por exemplo, se a compra for feita numa revenda de insumos no mesmo município onde a propriedade rural é localizada, essa compra deve ser identificada como “municipal”. Se a compra for fechada com uma empresa localizada fora do município ou estado, cujo produto seja entregue por caminhão (ou outro modo) até o produtor ou a empresa, esse gasto deve ser indicado como advindo de outro município ou de outro estado (ou do exterior, se aplicável).
- **Cálculo da porcentagem de despesas locais:** uma vez calculados os gastos com fornecedores locais, é preciso dividir essa despesa pelo total de despesas com fornecedores, seguindo a fórmula abaixo:

$$\text{Porcentagem das despesas locais} = \frac{\text{Total das despesas com fornecedores locais}}{\text{Total das despesas com fornecedores}} \times 100 = \dots \%$$

1.4. Exemplo fictício de cálculo do indicador

Vamos usar o exemplo de um produtor de soja de Goiás que comprou 500.000 reais (valor fictício) em insumos agrícolas de vários fornecedores. Parte das compras (200.000 reais) foi feita em uma revenda de insumos localizada dentro do município onde a soja foi produzida. Outra parte das compras (300.000 reais) foi uma grande compra de insumos, realizada diretamente com o fabricante de insumos (exemplo: uma grande empresa de agroquímicos sediada em São Paulo). Já que é um exemplo, vamos também supor que essas despesas de insumos sejam as únicas despesas do produtor.

A tabela deve ser preenchida da seguinte forma:

Tipo de compras pela entidade	Nível municipal	Nível estadual	Nível nacional (fora do estado)	Exterior
Insumos	200.000	0	300.000	0
TOTAL	40 %	0 %	60 %	0 %

Tabela 1: exemplo fictício de categorização de compra de insumos dependendo da localização do vendedor

Aplicando a fórmula, temos:

$$\text{Porcentagem das despesas locais} = \frac{200000}{500000} \times 100 = 40\%$$

Assim, neste exemplo fictício, 40% das despesas (de insumos) foram em nível local porque o resto das compras foi realizado com uma empresa sediada em São Paulo.

1.5. Fontes de Informação Adicionais

- Consulte a publicação Série de Desafios do Agronegócio Brasileiro (NT1): Parte 1 – Complexo Soja da EMBRAPA sobre os contextos do complexo soja em 2018 (referência de Contini, Gazzoni, Aragão, Mota e Marra, 2018) – URL: <https://www.embrapa.br/documents/10180/0/COMPLEXO+SOJA+-+Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+e+Desafios+Tecnol%C3%B3gicos/709e1453-e409-4ef7-374c-4743ab3bdcd6>.
- Recomenda-se o guia da UNCTAD intitulado Guidance on Core indicators for entity reporting on the contribution towards the attainment of the Sustainable Development Goals (UNCTAD/DIAE/2019/1). URL: <https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=2469>.

2. Exemplo de indicador de boa governança

2.1. Indicador 2.3.2. Código Florestal



Indicador	Código Florestal				
Número	2.3.2				
Tipo	Indicador de desempenho - quantitativo				
Alinhado com	ODS 16 “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” (16.3)				
Correspondência	SAFA	RTRS	ProTerra	UNCTAD	GRI
	-	1.1.	-	-	307-1
Recomendado por	Todos atores				

Descrição do indicador: o indicador de cumprimento com o Código Florestal visa medir se a entidade está adequada ao requerimento de registro de propriedades rurais no sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (lei da proteção da vegetação nativa ou denominada “Novo Código Florestal”). Esse indicador existe em duas versões: uma versão para produtores de soja e uma versão para qualquer empresa compradora de soja (empresa de *trade*, que compra e vende soja e insumos, etc.).

- Para a versão do indicador para o produtor de soja, o objetivo do indicador é responder à seguinte questão: a propriedade do produtor está registrada no CAR ou a organização obtém soja de propriedades registradas no CAR?
- Para a versão do indicador para o comprador de soja, o objetivo desse indicador é responder à seguinte questão: quanto da soja comprada foi produzida em propriedades registradas no CAR?

2.2. Cálculo do indicador para produtores rurais

O cálculo desse indicador para produtores rurais deve ser simples. Contudo, é importante distinguir entre o produtor de soja produzindo em área própria (nesse caso, o produtor é o dono da terra) e o produtor produzindo em área arrendada (nesse caso, outro produtor/outra pessoa é o/a dono/a da terra).

- No caso de um produtor com área própria, o que deve ser reportado é se toda a soja cultivada foi produzida em área ou matrículas cadastradas no CAR. O produtor que deseja divulgar esse fato pode simplesmente divulgar o número de cadastro do CAR. Além disso, se o órgão responsável tiver verificado e validado esse CAR, é importante reportar isso também.
- No caso de um produtor com área arrendada, o produtor provavelmente terá que solicitar ao dono da terra onde planta a soja o número do CAR daquelas terras. Além disso, ele terá que solicitar ao dono autorização de divulgação do número do CAR e também se o CAR foi verificado e validado pelo órgão responsável (se aplicável).

Indicador Código florestal = Número de cadastro do CAR

2.3. Cálculo do indicador para compradores de soja

Empresas que compram soja podem divulgar a quantidade da soja produzida em propriedades rurais cadastradas no CAR. A fim de reportar esse indicador, o comprador deve verificar, para qualquer produtor e para qualquer volume de soja comprada, se o produto foi produzido em áreas registradas no CAR. Geralmente, isso exige que o comprador solicite aos produtores da soja informação sobre o CAR deles.

$$\text{Porcentagem da soja CAR} = \frac{\text{Total da soja oriunda de propriedades com CAR}}{\text{Total da soja comprada pela empresa}} \times 100 = \dots \%$$

2.4. Exemplo fictício de cálculo do indicador

Vamos supor que uma empresa compra soja de vários produtores. Para divulgar esse indicador, ela precisa verificar se os produtores que fornecem soja para ela têm as suas propriedades (onde a soja foi cultivada) cadastradas no CAR. A empresa precisa fazer o pedido do número de cadastro do CAR, a fim de verificar essa informação. Vamos supor que a empresa compre 100.000 toneladas com o produtor A, B, C e D, cada um fornecendo 25.000 toneladas. Infelizmente, somente os produtores A, B e C forneceram a informação sobre o CAR, e o produtor D não forneceu qualquer informação. Mesmo que o agricultor D tenha feito o CAR, sem essa informação na mão, a empresa precisará reportar que somente a soja dos produtores A, B e C foi produzida com CAR. Assim, o indicador será calculado da seguinte forma:

$$\text{Porcentagem da soja CAR} = \frac{75000}{100000} \times 100 = 75\%$$

2.5. Orientações adicionais

O período de tempo do indicador é importante, uma vez que transações de compra de soja para um ano relatado podem ter sido feitas no ano anterior, com contrato com data futura. Assim, é importante considerar no cálculo desse indicador as compras de soja que foram realizadas no mesmo ano do relatório e as compras anteriores, que foram realizadas para comercializar soja no ano do relatório. A quantidade calculada representa, assim, toda a soja que foi circulada no ano do relatório da empresa.

A fim de realizar a divulgação desse indicador, a empresa pode criar um mecanismo pelo qual cada quantidade de soja comprada de um produtor seja associada a um número de CAR na contabilidade. Assim, o cálculo do indicador pode ser mais fácil.

2.6. Fontes de Informações Adicionais

- Consulte a lei nº12.651, de 25 de maio de 2012, que atualiza o Código Florestal: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm.
- Consulte o GRI Disclosure 307-1 "Non-compliance with environmental laws and regulations": <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>.

3. Exemplo de indicador de aspectos ambientais

3.1. Indicador 3.8.2. Aplicação de agroquímicos



Indicador	Aplicação agroquímica				
Número	3.8.2				
Tipo	Indicador de desempenho – quantitativo e indicador de prática				
Alinhado com	ODS 2 "Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável" (2.4.1)				
Correspondência	SAFA	RTRS	ProTerra	UNCTAD	GRI
	C.3.1.2	5.4	9.6	-	-
Recomendado por	Todos atores				

Descrição do indicador: o objetivo desse indicador é medir o volume de produtos fitossanitários usados por uma empresa. Esse indicador aplica-se às empresas que possuem o cultivo da soja como atividade principal e, sob outra forma, às empresas compradoras de soja.

3.2. Cálculo do indicador para empresas produtoras

Esse indicador inclui no seu cálculo todos os produtos agroquímicos usados em um ano (o ano correspondente ao período do relatório), excluindo-se os fertilizantes, que são contabilizados em um outro indicador (3.9.1).

- **Determinar os agroquímicos usados por um ano:** a primeira etapa do cálculo desse indicador corresponde ao lançamento de todos os produtos usados no período do relatório. Geralmente, esse período deve incluir, pelo menos, os produtos usados nas safras principais do ano-calendário.
- **Calcular a quantidade de produto usado em litros (L), por tipo de produto:** na tabela seguinte, relate a quantidade de litros de produto usada por tipo de produto, a fim de divulgar a quantidade de uso de cada produto e facilitar o monitoramento de mudanças pela própria empresa de um ano para outro.
 - ♦ **Nota:** mesmo que o tipo de produto utilizado influencie parcialmente na quantidade dos produtos utilizados, é importante informar as quantidades de cada produto realmente usado, em vez de reportar só a quantidade total de todos os produtos usados.

Nome do agroquímico	Tipo de produto	Volume usado (L)
TOTAL		... L

Exemplo de tabela que resume as informações das etapas de cálculo do indicador

Nesta etapa, a empresa tem duas opções para divulgar o indicador (duas versões).

- **Opção 1: comparar a quantidade de agroquímicos usados na área cultivada em um determinado ano.**
 - ♦ Para reportar essa versão do indicador, a empresa precisa calcular a área total onde foram usados os produtos agroquímicos. De certa forma, esse indicador segue quase a mesma forma de cálculo da “taxa de pulverização” de um produto agroquímico. Se os produtos tiverem sido aplicados várias vezes sobre a mesma área, a empresa deve somente contar uma vez essa área de aplicação.
 - *Exemplo fictício: se 1.000 litros (L) de vários produtos tiverem sido aplicados, três vezes por ano, sobre uma área de 200 hectares (ha) durante o ano, o volume usado para o cálculo desse indicador deve ser 3.000 L e a área deve ser 200 ha.*
 - ♦ O resultado deve ser expresso na forma de litros por hectare: L/ha.
 - *Exemplo fictício: seguindo com o mesmo exemplo, o indicador será $3.000 \text{ L} / 200 \text{ ha} = 15 \text{ L/ha}$.*
- **Opção 2: comparar a quantidade de agroquímicos usados com o valor agregado gerado no mesmo ano.**
 - ♦ Para reportar essa versão do indicador, a empresa deve ter calculado o valor agregado produzido durante o mesmo ano onde os produtos agroquímicos foram aplicados (veja o indicador 1.1.2 da diretriz).
 - ♦ Uma vez que esse valor agregado tenha sido calculado, a quantidade de produto agroquímico usada deve ser dividida por esse valor.
 - *Exemplo fictício: se o valor agregado foi R\$ 500.000 durante o período de relatório, e a quantidade de produto usada foi 3.000 L, o indicador será: $3.000 / 500.000 = 0,006 \text{ L/R\$}$.*

3.3. Indicador para empresas não produtoras e compradoras de soja

Empresas compradoras de soja devem responder à seguinte pergunta:

- A empresa tem uma política ou evidência de processos de controle da contaminação do produto por pesticidas?

Elas precisam descrever nos seus relatórios as práticas que têm adotado para controlar o nível de agroquímicos nos produtos.

3.4. Fontes de informações adicionais

- Consulte a legislação sobre o uso de agrotóxicos em nível federal: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/legislacao>.
- Consulte o portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para saber mais sobre as últimas notificações do governo sobre os produtos autorizados: <http://portal.anvisa.gov.br/en/agrotoxicos>.
- Consulte o Código de Conduta Internacional sobre Manejo de Pesticidas. Diretrizes sobre Pesticidas Altamente Perigosos da FAO e OMS (International Code of Conduct on Pesticide Management. Guidelines on Highly Hazardous Pesticides) no seguinte endereço: <http://www.fao.org/publications/card/en/c/a5347a39-c961-41bf-86a4-975cdf2fd063/>.
- Consulte a lista de indicadores do guia Sustainability Assessment of Food and Agriculture systems (SAFA) (especialmente o indicador C.3.1.2. "Hazardous Pesticides"): <http://www.fao.org/nr/sustainability/sustainability-assessments-safa/en/>.

4. Exemplo de indicador de bem-estar social

4.1. Indicador 4.2.2 Despesas com treinamento de empregados por ano/por funcionário



Indicador	Despesas com treinamento de empregados por ano/por funcionário				
Número	4.2.2				
Tipo	Indicador de desempenho – quantitativo				
Alinhado com	ODS 8 “Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos” (8.5.1)				
Correspondência	SAFA	RTRS	ProTerra	UNCTAD	GRI
	S.1.2	2.5	2.8	C.2.2	404-1

Descrição do indicador: o objetivo deste indicador é ter uma noção do nível de despesa com treinamento dos funcionários da empresa e medir se esse investimento em capital humano da empresa está sendo distribuído, mais ou menos, de forma equilibrada para todos os funcionários (ou seja, identificar se os treinamentos pagos pela empresa beneficiam todos ou somente um grupo de funcionários).

4.2. Determinação dos treinamentos a serem contabilizados no indicador

A dificuldade de cálculo desse indicador concentra-se apenas na definição do que constitui “treinamentos”. Recomenda-se indicar claramente, no texto do relatório de sustentabilidade, qual foi a definição de treinamento usada pela empresa na divulgação desse indicador (por exemplo, a empresa pode listar os tipos de despesas que foram incluídas no cálculo do indicador).

Os treinamentos incluem qualquer treinamento com objetivo profissional, realizado por um funcionário, que contribua para o melhoramento do seu desempenho no trabalho ou para o melhoramento das suas condições de trabalho. Isso inclui, por exemplo, cursos sobre a utilização de equipamentos ou de técnicas novas, cursos de treinamento interno, cursos de educação externa (como cursos universitários), treinamentos sobre saúde e segurança no trabalho, períodos sabáticos (com garantia de retorno ao trabalho).

4.3. Cálculo do indicador – Fórmula geral

- **Cálculo dos custos dos treinamentos:** uma vez determinado o tipo de treinamentos a ser incluído no cálculo do indicador, é necessário calcular os custos desses treinamentos. Os custos incluem:
 - ♦ **Os custos diretos com o treinamento:** esses podem incluir, por exemplo, o tempo gasto pelo funcionário encarregado com o treinamento interno de outros funcionários na empresa, o pagamento ao organismo externo encarregado com o treinamento, etc.
 - ♦ **Os custos indiretos com o treinamento:** esses custos podem incluir, por exemplo, os custos com os equipamentos necessários para o treinamento, custos com o aluguel de salas, custos com viagens associadas ao treinamento, etc.
 - ♦ **Recomenda-se** reportar os detalhes da informação numa tabela (veja exemplo abaixo) para organizar a informação e também conhecer o nível das despesas com treinamento para os funcionários beneficiados (nota: isso não é o indicador pedido).

Tipo de treinamento		Número de funcionários beneficiados	Número de horas por funcionário	Custos diretos	Custos indiretos	Custos totais
Treinamento A						
Treinamento A						
...						
TOTAL						

Exemplo de tabela para contabilizar a informação sobre despesas com treinamento

- **Determinar o número de funcionários da empresa em termos de (1) efetivo da empresa ou (2) equivalente ao período integral (Full-Time Equivalent, FTE).**
 - ♦ **O efetivo da empresa** corresponde ao número de funcionários da empresa num determinado ano.
 - ♦ **O equivalente ao tempo completo** corresponde ao tempo de trabalho de qualquer funcionário que trabalha em período integral, seguindo a duração da jornada de trabalho no Brasil (44 horas semanais).
 - Se a empresa empregar funcionários sob o regime de meio período, ela deve contabilizar todas as horas trabalhadas por esses funcionários durante um ano e dividir esse valor pelo número de horas trabalhadas por um funcionário em período integral durante o ano. O resultado corresponde ao número de funcionários em meio período que a empresa teria se eles fossem considerados funcionários em período integral. Uma vez calculado isso, é possível adicionar esse valor à quantidade de funcionários em período integral da empresa.
- **Usar a fórmula seguinte** para calcular o indicador final:

$$\text{Nível de despesas} = \frac{\text{custos dos treinamentos}}{\text{número de funcionários}} = \dots \text{R\$ /funcionário}$$
- Recomenda-se usar o formato da tabela acima para também divulgar informações sobre quem seguiu os treinamentos, por:
 - ♦ Tipo de empregados e trabalhadores supervisionados.
 - ♦ Tipo de contrato de trabalho (permanente ou temporário).
 - ♦ Tipo de emprego (período integral ou meio período).
 - ♦ Faixa etária: menores de 30 anos, 30-50 anos, maiores de 50 anos.
 - ♦ Gênero.
 - ♦ Região.

4.4. Fontes de informações adicionais

- Consulte o GRI Disclosure 404-1 "Average hours of training per year per employee": <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>.
- Mais orientações sobre este indicador estão disponíveis na Guidance on Core indicators for entity reporting on the contribution towards the attainment of the Sustainable Development Goals (UNCTAD/DIAE/2019/1). URL: <https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=2469>.

Referências

FAO. (2013). *Sustainability Assessment of Food and Agriculture Systems (SAFA): Version 3.0* (p. 253). Rome, IT: Food and Agricultural Organization.

FEFAC. (2016). *Soy Sourcing Guidelines*. European Feed Manufacturer's Federation (FEFAC).

GRI. (2008). *Sustainability Reporting in the Food Processing Sector*.

OECD/FAO. (2016). *OECD-FAO Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains*. Retrieved from <https://www.oecd-ilibrary.org/content/publication/9789264251052-en>

UNCTAD. (2019). *Guidance on Core indicators for entity reporting on the contribution towards the attainment of the Sustainable Development Goals* (No. UNCTAD/DIAE/2019/1; p. 63). Retrieved from United Nations Conference on Trade and Development, International Standards of Accounting and Reporting website: <https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=2469>

UNEP. (2013). *Frequently Asked Questions on Corporate Sustainability Reporting: Tackling the Big Questions Around the Corporate Sustainability Reporting Agenda* (p. 32). Retrieved from United Nations Environment Programme website: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/26171/FAQ_Corporate_Sustainability.pdf?sequence=1&isAllowed=y

UNEP. (2015). *Raising the Bar—Advancing Environmental Disclosure in Sustainability Reporting* (p. 70). Retrieved from United Nations Environment Programme website: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/26171/FAQ_Corporate_Sustainability.pdf?sequence=1&isAllowed=y

